

Do latim ao português moderno: a questão do latinismo como terminologia

Thiago Soares de Oliveira*

RESUMO: Este artigo, com o aporte teórico de autores da seara da Lexicologia e das Letras Clássicas, objetiva ponderar criticamente acerca da opção pela manutenção de determinados latinismos no Português moderno. Para isso, dedicam-se algumas laudas à análise da palavra *campus*, devido ao recente posicionamento da Academia Brasileira de Letras em resposta à consulta do Ministério da Educação acerca da possibilidade de aportuguesamento do vocábulo latino mencionado, quando este se referir aos terrenos e edifícios de uma universidade. Ao fim, conclui-se que a manutenção de certas terminologias, quando aplicadas a áreas especializadas, são plenamente funcionais.

Palavras-chave: letras; léxico latino; significação terminológica.

ABSTRACT: This article, with the theoretical support in the authors of Lexicology and Classical Literature, objective ponder critically about the option for the maintenance of certain Latinisms in modern Portuguese. For this, we dedicated a few pages to the campus word analysis, due to the recent positioning of the Brazilian Academy of Letters in response to the Ministry of Education consulted about the possibility of Latin word of Anglicization mentioned, when it refers to land and buildings a university. In the end, it is concluded that the maintenance of certain terminology, when applied to specialized areas, are fully functional.

Keywords: literature; Latin; terminological significance.

Introdução

Como se sabe, as línguas românicas ou neolatinas apresentam marcas da língua que as originou: o Latim Vulgar. Na maioria das vezes, esses traços, por já terem sido incorporados ao uso escrito, sequer levantam a dúvida quanto à sua origem, sendo empregados normalmente como vocábulos da Língua Portuguesa. Outras vezes, no

* Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF).

entanto, em razão da clara grafia estrangeira, suscitam incertezas quanto à significação e, a reboque, quanto à necessidade da manutenção de termos latinos, que poderiam ser facilmente aportuguesados. A Língua Latina não é estranha ao Português, mas suas minúcias flexionais não são de conhecimento de todos.

A partir dessas considerações iniciais, este trabalho pretende ponderar a respeito da utilidade da conservação de palavras e expressões latinas utilizadas terminologicamente, sopesando acerca do aportuguesamento de termos usuais como forma de fortalecer o léxico do idioma nacional, além de observar o tratamento de determinadas terminologias, necessárias a diversas áreas do conhecimento. Trata-se, pois, de uma pesquisa que busca na bibliografia especializada das Letras o embasamento para articular os pontos que constroem o objetivo deste artigo, com o intuito de compilar opiniões e posicionamentos de autores, fornecendo subsídios aos estudiosos das Línguas Portuguesa e Latina para que contemplem novas perspectivas do panorama linguístico atual, bem como ponderem sobre as peculiaridades dos usos terminológicos.

Nesse sentido, define-se a pesquisa bibliográfica como a metodologia que melhor se adequa aos propósitos aqui delimitados, eis que autores tais como Almeida (1992), Bagno (2007), Bechara (2009), Boulanger (1995), Cardoso (2003), Faria (1958), Melo (2013) e Silva (2010), além de outros, podem fornecer sustentação teórica para o exame da propriedade de se aportuguesarem vocábulos e expressões claramente terminológicos. Sob esse prisma, visando à organização, este trabalho estrutura-se em duas partes, a saber: 1) discussão sobre a necessidade da conservação das terminologias latinas, a partir de uma breve revisão a respeito dos empréstimos; 2) análise da palavra *campus*, dado o vulto alcançado devido à resposta da Academia Brasileira de Letras (ABL) à consulta realizada pelo Ministério da Educação (MEC), o que resultou na publicação da Portaria nº 466/2013. Quanto ao último item, considera-se abarcado pelos métodos da pesquisa bibliográfica, já que, embora consultados documentos oficiais, a fonte de dados não é por eles constituída.

Diante desse introito, é preciso assinalar, por fim, que não se tenciona exaurir as vias de análise a partir das quais o assunto relativo às terminologias pode ser tratado, mas refletir sobre o uso das terminologias a fim de fornecer subsídios aos interessados no léxico latino, motivo pelo qual a palavra *campus* foi selecionada.

1. Discussão sobre a opção da conservação das terminologias latinas

O uso de estrangeirismos no Português escrito, em detrimento de formas aportuguesadas, sempre foi discutido entre leigos, linguistas do texto e linguistas da forma (gramáticos) sob diversos aspectos, podendo-se citar os trabalhos de Carvalho (2000), Manzollillo (2000), Santana (2011) e Valadares (2014). Nessa discussão, inclui-se o uso dos latinismos.

Segundo Bechara (2009, p. 599), estrangeirismo "é o emprego de palavras, expressões e construções alheias ao idioma que a ele chegam por empréstimos tomados de outra língua". Assim como ocorre com o Inglês, o Francês, entre outras, várias expressões latinas são comumente empregadas no âmbito do discurso técnico, como o é o discurso jurídico, e, até mesmo, no uso cotidiano não técnico. Por isso, quando se aborda a questão do empréstimo linguístico, é preciso assinalar que o léxico terminológico, em que estão incorporadas inúmeras expressões latinas, distingue-se do vocabulário que é empregado no uso corriqueiro da língua pela própria intencionalidade da nomenclatura terminológica, assunto a que se atém este trabalho. Consoante Faraco (2001a), o emprego de elementos, palavras e expressões estrangeiras é um "fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas" (FARACO, 2001a, p. 15).

Nesse sentido, entende-se, assim como Dias (2000, p. 91), que "a terminologia representa o conhecimento técnico-científico especializado de forma organizada, por meio de manuais e glossários, e unifica esse conhecimento sob a forma de normas e padrões", o que acaba por justificar a manutenção de determinadas expressões utilizadas terminologicamente, inclusive os latinismos, que são termos próprios da Língua Latina. Aliás, os empréstimos linguísticos foram, no passado, um meio de enriquecimento do léxico latino, comprovando que a tomada de alguns vocábulos de línguas outras já era prática antiga. Sobre isso, explica Cardoso (2003) que

O léxico da língua era inicialmente muito pobre. As palavras mais antigas pertencem a um patrimônio indo-europeu e se referem à vida (*uiuere* = vive; *nasci* = nascer; *genus* = família), às operações dos sentidos (*uidere* = ver), às partes do corpo (*pes* = pé; *genu* = joelho), às relações de parentesco (*pater* = pai; *mater* = mãe; *frater* = irmão), aos animais (*equus* = cavalo; *ouis* = ovelha), à alimentação (*coquere* = cozinhar; *bibere* = beber) e ainda ao vestuário, aos fenômenos naturais, às quantidades numéricas (*lana* = lã; *lux* = dia; *duo* = dois). A esses

elementos se juntaram vocábulos tomados por empréstimo das línguas de povos não indo-europeus que habitavam a Península Itálica e, mais tarde, quando os indo-europeus divididos em grupos já possuíam línguas diferentes para cada grupo, foram importados elementos vocabulares célticos, germânicos e sobretudo gregos, aos quais se juntaram vocábulos mediterrâneos, em geral, orientais (CARDOSO, 2003, p. 12-13).

Como se percebe, o vocabulário latino se desenvolveu a partir do acolhimento de vocábulos de povos distintos, o que fomentou a origem de um léxico mais encorpado, capaz de corresponder às necessidades expressivas dos indivíduos. Mais tarde, após o século III a. C., a influência grega, ainda que tenha colaborado para o aprimoramento do latim escrito, especialmente o literário, favoreceu "a separação dessa língua literária, praticada por uma pequena elite, e o latim corrente, a língua usada no colóquio diário pelos mais variados grupos sociais da Itália e das províncias" (CUNHA e CINTRA, 2012, p. 10-11), distinguindo o *sermo litterarius* do *sermo uulgaris*.

A propósito disso, Silva (2010) afirma que, em razão da conjugação de fatores cronológicos, regionais e sociais, é possível que coexistam formas vocabulares distintas em uma língua:

a) uma forma *erudita*, isto é, importada diretamente do latim literário, ao lado de uma forma *popular*, isto é, decorrente de evolução fonética normal; b) formas populares portuguesas introduzidas em épocas diversas; c) uma forma popular portuguesa, a par de formas populares que vieram por intermédio de outras línguas (SILVA, 2010, p. 109).

Com efeito, em adesão à assertiva de Silva (2010), se observado o amplo léxico da Língua Portuguesa, não é difícil encontrar formas latinas que coexistiram no passado e ainda permanecem, mas modificadas no léxico atual. Um exemplo disso são os termos semanticamente distintos *caballus*, *-i* (utilizado no Latim Vulgar para designar um animal de qualidade inferior), e *equus*, *-i* (no Latim Clássico, referia-se a cavalo de corrida), ambos masculinos e pertencentes à segunda declinação latina, cujo genitivo singular ocorria com a aposição da desinência *-i*. Como os nomes dessa declinação eram majoritariamente masculinos e neutros, o Português os recebeu como masculinos, mantendo, porém, apenas a palavra *cavalo*, em razão da dialeção do Latim Vulgar. O vocábulo *equus*, *-i* não desapareceu completamente, sobrevivendo em *equino*, adjetivo equivalente à locução adjetiva *de cavalo*, e em *equestre* e *equitação*, por exemplo.

Diferentemente desse processo, das palavras *caballa*, *-ae* e *equa*, *-ae*, nomes femininos pertencentes à primeira declinação latina, cujo genitivo singular se dava pelo acréscimo da desinência *-ae*, sobreviveu a palavra *égua* como o feminino de *cavalo*. O vocábulo *cavala* adquiriu um tom pejorativo, demonstrando que a trajetória da evolução e da recepção semântica das palavras do Latim ao Português nem sempre é regular. De qualquer forma, esses traços evolutivos e de transformação do léxico provam que, entre o Português e o Latim, há um vínculo inegável e inquestionável.

De acordo com Basseto (2001, p. 98), "são inevitáveis as influências recíprocas entre os idiomas. A norma culta latina era refratária a empréstimos, admitindo apenas termos designativos de algo novo ou técnico". Como não se admitir, então, os empréstimos na Língua Portuguesa? É nesse sentido que Faraco (2001b) explana a atual consensualidade entre os estudiosos no sentido de que os empréstimos não são prejudiciais ao idioma, sendo purismo conceber a língua como não heterogênea. Assim,

Os dois grandes alvos do purismo linguístico são, tradicionalmente e por razões óbvias, os empréstimos lexicais de outras línguas e os fenômenos (gramaticais ou lexicais) de variedades socialmente desprestigiadas da mesma língua. O purista identifica os dois casos como um mal, um perigo, um empobrecimento, uma corrupção, uma decadência da imaginária língua 'pura' (FARACO, 2001b, p. 139).

Saindo do uso comum e voltando ao terminológico, é preciso lembrar que, ao mesmo tempo em que avançam os estudos que se dedicam à inter-relação entre a linguagem e a sociedade, assim como o faz a Sociolinguística, também prosperam outros domínios científicos e tecnológicos e, conseqüentemente, a criação e o emprego de jargões. Por isso, ao discorrer sobre a questão da terminologia, deve-se ter em mente que o uso de expressões que se encaixam nesse assunto, assim como o uso corrente da língua, é cercado de peculiaridades que demandam cuidadosa reflexão. Nesse rumo, Carvalho (2009, p. 75) assevera que a adoção e adaptação de um termo de língua estrangeira, assim como o processo de criação dentro da própria língua, são, na verdade, dois processos distintos de renovação do léxico; não se deve, pois, negar a existência e o uso dos empréstimos linguísticos sob pena de se ter uma visão antiquada que não se coaduna com as interações a que a língua está sujeita.

É nesse sentido que,

Se o fenômeno de importação de termos não constitui per si um dano, a verdade é que a sua entrada maciça numa determinada língua pode conduzir a uma descaracterização da mesma, inibindo a sua capacidade criativa e conduzindo à sua subalternização enquanto língua de comunicação científica e tecnológica e enquanto língua de comunicação internacional. Por outro lado, cada língua possui a capacidade e os mecanismos necessários à construção de neologismos passíveis de denominarem os conceitos que vão surgindo na sociedade, pelo que a entrada maciça de empréstimos numa língua é não apenas perniciosa, como claramente não constitui uma inevitabilidade. Por isso, defendemos que a entrada de empréstimos nas linguagens de especialidade na língua portuguesa deve ser controlada e supervisionada, não apenas pelos especialistas de cada domínio de experiência, mas também por terminólogos com formação linguística (CORREIA, 2005, p. 1).

Conforme a citação de Correia (2005), a importação de termos não é por si só danosa, a não ser que o excesso de empréstimos descaracterize o idioma, sendo, por isso, necessários a supervisão e o controle da entrada de empréstimos nas linguagens especializadas por parte inclusive dos linguistas. Acolher esse entendimento, contudo, sem relativização alguma, é considerar que o despropósito do uso da terminologia pode descaracterizar uma língua, especialmente se houver a possibilidade de substituição lexical nos grupos não técnicos, o que não parece plausível caso se considere que um nicho de terminologias técnicas é apenas parte de uma língua. Além do mais, as atribuições dos linguistas são assaz amplas ao lidar com toda a complexidade inerente ao idioma e, por isso, o controle terminológico por parte desses estudiosos justificar-se-ia apenas para os especializados, ou seja, os terminólogos. Como as atribuições dos linguistas não constituem o escopo deste trabalho, não serão tecidas considerações mais aprofundadas sobre tal tema.

De mais a mais, a hipótese de Correia (2005) não abarcaria os termos utilizados em documentos oficiais e aqueles cuja necessidade de emprego seja justificada, quando possível, pela especificidade da disciplina. Aliás, ressalta Dias (2000, p. 91) que, "sem a terminologia, os especialistas não conseguiriam se comunicar, repassar seus conhecimentos, nem tampouco representar esse conhecimento de forma organizada", o que não parece ser o escopo precípua do uso mais corriqueiro do idioma.

Afirma Cunha (1977) que

Na realidade, o problema do empréstimo linguístico não se resolve com atitudes reacionárias, com estabelecer barreiras ou cordões de isolamento à entrada de palavras e expressões de outros idiomas. Resolve-se com o dinamismo cultural, com o gênio inventivo do povo. Povo que não forja cultura dispensa-se de criar palavras com energia irradiadora e tem de conformar-se, queiram ou não os seus gramáticos, à condição de mero usuário de criações alheias (CUNHA, 1977, p. 31-32).

É nesse sentido que a funcionalidade muito colabora para a manutenção de determinados termos e expressões latinos na Língua Portuguesa; caso contrário, muitos deles já teriam sucumbido com o decorrer do tempo. Ao que parece, o tempo e o uso mantêm vivas e funcionais determinadas estruturas latinas, motivo pelo qual se pode afirmar que

Não se admite uma terminologia que não leve em conta as dimensões históricas e diacrônicas da língua sobre a qual se trabalhe. A terminologia contemporânea não surge do vazio. Suas bases são estruturadas pela história: a história de cada língua formata e caracteriza seu léxico, sua semântica, sua morfologia, sua lexicografia moderna. Nenhum comportamento linguístico, geral ou profissional, escapa à história, nem à sociedade que construiu a história (BOULANGER, 1995, s/p).

Entendendo, diante disso, que as bases terminológicas são historicamente estruturadas, o que se percebe, em outras palavras, é que a "Língua Latina corresponde a uma fonte de alta produtividade lexical [...] e sua presença efetiva com os latinismos no léxico português atual demonstra que, pelo menos em nível lexical, o Latim não se encontra morto" (MELO, 2013, p. 60). Por esse motivo, vale analisar e explicar a peculiaridade da palavra *campus*, latinismo que, há pouco tempo, suscitou dúvidas e, em consequência, a consulta à Academia Brasileira de Letras (ABL).

2. O caso específico da palavra *campus*

Recentemente, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio do Ofício nº 620/2015, procedeu a uma consulta ao setor de Lexicologia e Lexicografia da ABL acerca da utilização dos vocábulos *câmpus*, *campus* e *campi*. Considerando o parecer do acadêmico Evanildo Cavalcante Bechara, cuja orientação aponta para o uso das formas latinas *campus*, *campi* em vez da aportuguesada *câmpus*, passa-se à análise específica desse vocábulo

do léxico latino a partir dos argumentos empregados pela ABL. Vide, a princípio, o documento onde constam as dúvidas relativas aos vocábulos:

Ofício nº 620 /2015/DDR/SETEC-MEC

Brasília, 18 de junho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Geraldo Holanda Cavalcanti
Presidente da Academia Brasileira de Letras - ABL
Av. Presidente Wilson 203, Castelo
CEP 20030-021 - Rio de Janeiro / RJ

Assunto: Consulta sobre utilização dos vocábulos "câmpus, campus e campi"

1. De forma recorrente temos recebido questionamentos a cerca da utilização do vocábulo "câmpus", como forma 'aportuguesada' para designação de área que compreende terreno e edifícios de uma universidade ou escola. Sua utilização, tanto para o singular e para o plural, seria com a grafia - o câmpus universitário / os câmpus universitários.
2. Tradicionalmente, utilizam-se os termos em latim para designação das mesmas estruturas, sendo "campus", para o uso no singular e "campi", para designação no plural.
3. Nesse contexto, indagamos se a adoção da palavra "câmpus", para uso tanto no singular, quanto no plural, está em acordo com o uso gramatical da Língua Portuguesa?
4. Em caso contrário, qual a grafia correta para a designação das unidades físicas que compõem uma universidade?
5. Desde já agradecemos a atenção dispensada e aguardamos resposta.

Atenciosamente,


NILVA CELESTINA DO CARMO
Diretora de Desenvolvimento da Rede - Substituta

Figura 1 - Ofício 620/2015 -

Fonte: http://www.jacobina.ifba.edu.br/attachments/article/0/Oficio_Circular_72_Utiliza%C3%A7%C3%A3o_da_palavra_campi_campus.pdf

De forma geral, a questão a que se atém o ofício do MEC refere-se à dúvida entre a utilização de vocábulos latinos e de formas aportuguesadas em documentos oficiais. Com efeito, a ABL é competente para sanar tal interrogação, uma vez que sua área de atuação abrange os estudos terminológicos, que são "um campo da linguística,

tanto sob o ponto de vista da teoria, quanto sob o ponto de vista da prática" (BOULANGER, 1995, s/p). Logo, não se pretende questionar o mérito da instituição em relação ao tratamento do assunto. Eis a resposta da ABL à dúvida do MEC:



ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Setor de Lexicologia e Lexicografia

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2015.

De: Acadêmico Evanildo Cavalcante Bechara
Academia Brasileira de Letras

Para: Nilva Celestina do Carmo

Diretora do Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica,
Substituta

Assunto: Consulta sobre a utilização dos vocábulos "câmpus", *campus* e *campi*

Enviada a este Setor de Lexicologia e Lexicografia da ABL, pelo Presidente Geraldo Holanda Cavalcanti consulta sobre a utilização dos vocábulos "câmpus", *campus* e *campi*, "para designação de área que compreende terreno e edifícios de uma universidade", cabe-nos informar o que se segue:

Em desfavor da grafia "câmpus", na atualida aceção e emprego, cabem os seguintes argumentos:

- o afastamento do vocábulo assim grafado da área da nomenclatura usada nas instituições universitárias em vez dos tradicionais *campus* e *campi*;
- a falta de distinção morfológica interna da forma "câmpus", aplicada ao singular e ao plural, distinção que apresenta o par *campus* / *campi*;
- a analogia de "câmpus" com formas do tipo "bônus" e "ônus" para considerar o aportuguesamento de "câmpus" melhor do que a permanência dos latinismos *campus* / *campi* no léxico de uma instituição naturalmente repleta de latinismos (*honoris causa, caput, ipsi litteris, ad referendum, idem, ibidem, opus, etc.*) revela sua fragilidade como razão histórica, além de não levar em conta o léxico primário como distinto do léxico da nomenclatura terminológica;
- as razões anteriores têm impedido a aceitação, o emprego e a divulgação da forma "câmpus" nos órgãos da imprensa e na literatura técnica, bem como na lição dos nossos melhores dicionários.

Diante do exposto, salvo melhor juízo, recomenda a Academia Brasileira de Letras a permanência do singular "*campus*" e do plural "*campi*" nos textos em que devam prevalecer estes vocábulos como integrantes de léxico de terminologia científica.

Muito atentamente,

Evanildo Bechara

Setor de Lexicologia e Lexicografia da ABL

Av. Presidente Wilson, 203, Castelo, Rio de Janeiro - RJ CEP: 30030-021

Tel.: (21) 3974-2507 | (21) 3974-2549 | (21) 3974-2585

www.academia.org.br | academia@academia.org.br

Figura 2: Parecer da ABL

Fonte:

http://www.jacobina.ifba.edu.br/attachments/article/0/Oficio_Circular_72_Utiliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20palavra%20campi_campus.pdf

Passando, então, à análise da palavra *campus, campi*, utilizada para designar a área que compreende os terrenos e edifícios de uma universidade, segundo consta no Ofício 620/2015, é preciso, inicialmente, identificar os vocábulos no contexto gramatical latino. Segundo definições e conceitos constantes na obra de Faria (1958), a palavra *campus* é um substantivo masculino flexionado no caso nominativo singular, cujo plural ocorre com a aposição da desinência *-i* ao radical, o que resultaria no vocábulo *campi*. Essa desinência, na verdade, designa também o genitivo singular, cuja terminação define que o substantivo *campus, campi* (nominativo singular e genitivo singular, respectivamente, para efeitos de enunciação dos substantivos latinos) pertence à 2ª declinação paradigmática. "Por ser o genitivo singular um caso diferencial, são os substantivos enunciados no nominativo e no genitivo singular" (CARDOSO, 2003, p. 24). Dessa forma, é preciso ressaltar que a desinência *-i* aparece, a depender da função sintática do nome, nas flexões dos casos nominativo e vocativo plural, além do genitivo singular.

Diferentemente do Português, idioma em que a suposta palavra *câmpus* (aportuguesada) designaria o substantivo tanto no singular quanto no plural, no Latim a flexão de número está vinculada à flexão de caso. Em outras palavras, o plural dos nomes latinos pode ser identificado por meio de desinências diversas a depender do caso, que "é a maneira de escrever a palavra em latim de acordo com a função que ela exerce na oração" (ALMEIDA, 1992, p. 14). Assim, o que em Português seria flexionado como *o câmpus, os câmpus*, na função de sujeito, já que os paroxítonos terminados em *-s* são invariáveis, receberia desinências específicas da 2ª declinação latina: *-us*, para o nominativo singular; *-i*, para o nominativo plural. Assim, *campus, campi*, em Latim. Isso corrobora os dois primeiros argumentos da ABL.

Relativamente ao terceiro argumento, por serem termos cuja utilização se pretende terminológica, é preciso, de fato, considerar as diferenças entre o léxico primário e o terminológico, não sendo possível, desta feita, a mera comparação com as possibilidades flexionais dos vocábulos da Língua Portuguesa. Um exemplo disso é a distinção desinencial existente entre a palavra *campus, campi*, substantivo masculino da 2ª declinação, e *onus*, citado pela ABL, do Latim *onus, oneris*, neutro da terceira declinação que significa "carga", "encargo". Nesse caso, as normas de flexão casual não seriam aplicadas analogamente em ambos os vocábulos.

Contudo, como a ABL não elucida a questão, parte-se do entendimento de que a relação entre o vocábulo *campus* e as palavras *bônus* e *ônus* não pode ser utilizada para justificar o aportuguesamento do termo latino, eis que o uso do latinismo em análise nos documentos oficiais é um recurso linguístico de presumida precisão conceitual que torna a comunicação mais objetiva e eficiente no meio em que é empregado, ou seja, em um domínio específico. Não à toa os especialistas recorrem a vocábulos latinos para evitar a ambiguidade inerente a algumas palavras, evitando ruídos de comunicação. A situação de *campus*, todavia, não parece se enquadrar na hipótese do desfazimento de uma suposta relação em que o vocábulo apresenta duplo sentido, o que reforça a hipótese de que o uso da forma latina funciona como meio de assegurar a precisão conceitual dentro de uma esfera bastante específica do conhecimento. Ao que parece, o emprego do latinismo *campus* é justificado com base em questões de valor histórico e, apesar de refletir um âmbito particular, não haveria o rompimento da fluidez expressiva e conceitual se utilizada a forma aportuguesada.

Com efeito, a questão do valor histórico encontra respaldo em Faraco (2001b), quando este menciona que vários termos emprestados advêm de culturas consideradas de prestígio, como é a cultura latina. No contexto moderno, a manutenção de determinados termos e expressões poderia ser interpretada, segundo o autor, como necessidade identitária, por exemplo. Considerando a categoria gramatical que abrange a palavra *campus*, objeto de análise nesta parte do trabalho, vale registrar que Faraco (2001b) assevera o fato de os nomes serem tomados por empréstimo mais do que os verbos, ressaltando que "o vocabulário básico é muito menos afetado por empréstimo do que o vocabulário mais especializado" (FARACO, 2001b, p. 136).

Outra hipótese que também justificaria a utilização de *campus* em lugar do vocábulo aportuguesado seria o fato de que o uso daquela forma, distintamente desta, constitui-se em um papel institucionalmente representativo, ou seja, permite que um termo alcance outra posição no ordenamento linguístico, passando a funcionar, em si mesmo, como um mecanismo de distinção entre a palavra comum e o meio de uso. Assim, mais do que o valor histórico mencionado pela ABL e mais do que a precisão conceitual, há uma clara intencionalidade em distinguir o uso linguístico do ambiente institucional, hermético e padronizado do uso corriqueiro, livre e mais despreocupado com a forma. Por isso, a similitude ou aproximação entre vocábulos, no nível da forma,

não configura argumento capaz de respaldar, no caso analisado, a substituição do latinismo por forma aportuguesada.

De mais a mais, se a pura analogia entre idiomas resolvesse a celeuma flexional, os indivíduos não utilizariam *currículos* para fazer referência ao plural de *curriculum* (pronunciado e escrito como *currículo*), mas sim o suposto vocábulo aportuguesado *currículuns*, já que os não estudiosos do Latim desconhecem que a desinência *-a* forma o plural nos neutros da 2ª declinação em três casos: o nominativo, o vocativo e o acusativo. A substituição da terminação *-um* pela terminação *-o* no singular do Português é historicamente explicada pelo desaparecimento do neutro latino.

Na 2ª declinação, a maioria dos nomes eram masculinos e neutros. Com isso, a terminação *-o* (do acusativo singular *-um* > *-u* > *-o*) se tornou a característica dos nomes masculinos em português. Os substantivos neutros, como tinham suas desinências idênticas às dos masculinos, também passaram a esse gênero: *pratum* > *pratu* > *prado*; *exemplum* > *exemplu* > *exemplo*; *templum* > *templu* > *templo*; *uinum* > *uinu* > *vino* > *vinho* etc. (BAGNO, 2007, p. 31).

Essa assertiva explica parte do assunto, mas, em acréscimo a isso, ressalta-se que a língua e o indivíduo que a maneja possuem mecanismos internos de substituição lexical, valendo-se facilmente de um sinônimo para permutar palavras cujas flexões causem dúvidas. Destarte, fora do meio onde a terminologia é necessária, qualquer indivíduo utilizaria indistintamente, para o singular e para o plural, o vocábulo *campus* na função de sujeito, como ocorria com os nomes da 4ª declinação, tais como *cantus*, *domus*, *status*. Quanto aos demais casos latinos a que se submetia a palavra *campus* no Latim, provavelmente não serão considerados no momento da flexão, já que, em Português, não existe a flexão de caso, mas apenas resquícios que podem ser verificados, por exemplo, no uso dos pronomes pessoais *eu*, *me*, *mim*, *comigo*, os quais sofrem sensível alteração na forma a depender da função sintática desempenhada na frase. É preciso lembrar, a propósito disso, que esse fenômeno não é novo. No Latim Vulgar, restaram apenas o nominativo e o acusativo (BAGNO, 2007).

Assim sendo, diante da nomenclatura especializada e empregada em documentos específicos, o tratamento vocabular diferenciado não traz prejuízo à Língua Portuguesa, como afirma Correia (2005), dada a distinção necessária entre o léxico comum, corriqueiro, e o especializado. Quanto à palavra *campus*, *campi*, mais especificamente, a

orientação da ABL se coaduna ao posicionamento de diversos autores que consideram fatos como esses verdadeiros traços de vida da Língua Latina.

Conclusão

Após a revisão acerca da importância da manutenção de determinadas nomenclaturas terminológicas e após a análise em apartado da palavra *campus*, dada a recente orientação da ABL, pode-se chegar a algumas conclusões pontuais que, contudo, não exaurem o assunto.

A princípio, a exposição revisional articulada à questão específica da palavra *campus* demonstra a necessidade da manutenção da nomenclatura terminológica, quando aplicada a áreas de estudo especializadas cujo arcabouço de especificidades exija termos técnicos específicos e capazes de distinguir, inclusive, as searas do conhecimento. A manutenção de expressões técnicas empregadas em suas devidas especialidades, tais como o Direito e os documentos oficiais, não é, pois, um movimento pernicioso, até porque a simples sucumbência de termos que nada prejudicam o léxico nacional demonstra fragilidade entre os vínculos históricos que todo idioma mantém com sua língua-mãe. Assim, as noções de perniciosidade, inevitabilidade e de prejuízo ao idioma, apontadas por Correia (2005, p. 1) em relação à entrada maciça de estrangeirismo, não parecem se aplicar ao caso da palavra *campus*.

Nesse sentido, o Latim desponta claramente funcional no meio técnico, abrangendo, inclusive, os documentos oficiais. De qualquer forma, a discussão aqui levantada não se ateu à mera classificação do idioma latino, mas ao uso real, terminológico ou não. Assim, a maioria desses termos e expressões já se encontra plenamente internalizada no Português, conservando uma funcionalidade que independe do profundo conhecimento das nuances intrínsecas da Língua Latina. Este é, de fato, um aspecto assaz relevante em relação ao idioma: a sustentação de formas funcionais e aplicáveis ao uso, seja corriqueiro, seja técnico.

Posto isso, arremata-se o assunto, sem, todavia, esgotá-lo, afirmando que a queda da flexão de caso latina não invalida as demais flexões do Português. Se do indivíduo falante ou escritor não envolvido com certos tecnicismos idiomáticos for exigido, por exemplo, o conhecimento da 2ª declinação latina para o emprego de *campus*, isso decerto significaria que, em vez de viva, dinâmica e prospectiva, a língua

retrocede a tempos que não mais condizem com a realidade idiomática. Isso, contudo, não parece manter relação com a orientação da ABL que, sabiamente, reconhece o Português como um idioma herdeiro dos legados do Latim, cuja preservação no meio técnico e oficial representa uma clara distinção entre o emprego do léxico primário e do terminológico.

Referência bibliográficas

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Latina: curso único e completo*. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

BAGNO, Marcos. *Gramática Histórica: do latim ao português brasileiro*. Brasília: UNB, 2007. Disponível em: www.gpesd.com.br/baixar.php?file=100. Acesso em: 05 de ago. de 2015.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica: história externa das línguas*. Vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOULANGER, Jean-Claude. Alguns componentes linguísticos no ensino da terminologia. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, s/p, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/490/445>. Acesso em: 20 de ago. de 2015.

BRASIL. MEC. Ofício 620, de 18 de junho de 2015. Disponível em: http://www.jacobina.ifba.edu.br/attachments/article/0/Oficio_Circular_72_Utiliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20palavra%20campi_campus.pdf. Acesso em: 21 de ago. de 2015.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao Latim*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

CARVALHO, Nelly Medeiro de. Empréstimos linguísticos e identidade cultural. In: ALVES, Maria Ieda *et alli* (orgs.). *Os estudos lexicais em diferentes perspectivas*, vol. I, Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/neo/livros/IVCOLOQUIO.pdf> Acesso em: 20 out. 2015.

CARVALHO, Nelly Medeiro de. Fundamentos linguísticos da terminologia. Anais do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro, 2000. Cadernos do CNFL, série IV, nº 3, p. 19-25, seção Artes do Léxico. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ03_19-25.html. Acesso em: 20 out. 2015.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

CUNHA, Celso; CINTRA, Filipe Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5ª Edição. Rio de Janeiro; Lexicon Editora Digital, 2012.

CORREIA, Margarita. Terminologia, neologia e normalização: a terminologia em Portugal e países de língua portuguesa em África. *Terminómetro*, número especial, p. 1-13, 2005. Disponível em: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-mcorreia-terminometro1.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2015.

DIAS, Cláudia Augusto. Terminologia: conceitos e aplicações. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr., 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a9.pdf>. Acesso em: 18 de ago. de 2015.

FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. Empréstimos e neologismos: uma breve visita histórica. *Alfa*, vol. 45, p. 138-145, 2001b. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/issue/viewIssue/302/50>. Acesso em: 23 de outubro de 2015.

FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

MANZOLILLO, Vito Cesar de Oliveira. Empréstimo linguístico: necessidade ou modismo? Anais do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro, 2000. Cadernos do CNFL, série IV, nº 3, p. 69-78, seção Artes do Léxico. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ03_69-78.html. Acesso em: 20 out. 2015.

MELO, Paulo Antonio Gomes, O uso de expressões latinas como elementos de ornamentação na linguagem publicitária escrita no Português Contemporâneo. *Interfaces*, Guarapuava, v. 4, n. 2, p. 60-71, dez. 2013. Disponível em: http://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/2343/0. Acesso em: 20 de ago. de 2015.

SANTANA, Messias dos Santos. Estrangeirismos na Língua Portuguesa: uma visão histórica. Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro, 2011. Cadernos do CNFL, vol. XV, nº 5, t. 2, p. 1699-1709. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/142.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, José Pereira. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Intragráfica Editorial, 2010.

VALADARES, Flávio Biasutti. Estrangeirismos: uma tese para variação e mudança linguística. *Revista Científica Vozes dos Vales*, UFVJM, MG, Brasil, nº 6, ano III, 10/2014, p. 1-26. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2014/10/Estrangeirismos-uma-tese-para-varia%C3%A7%C3%A3o-e-mudan%C3%A7a-lingu%C3%ADstica.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

Data de envio: 06-10-2015.

Data de aprovação: 26-10-2015.

Data de publicação: 05-2-2016